

Amagis

NA IMPRENSA

JANEIRO DE 2014

HOJE EM DIA (BH) • 14 DE DEZEMBRO DE 2013

22 | Belo Horizonte, sábado, 14.12.2013
HOJEMDIA

Minas

hojemdia.com.br

ENTREVISTA

HERBERT CARNEIRO

“JUSTIÇA RASTEJA SEM RECURSOS”

◆ Em Minas são 1.020 juízes e desembargadores na ativa atendendo a 296 comarcas, das quais 60 não têm magistrado

Iéva Tatiana
i@betro@hojemdia.com.br

Com quase 4 milhões de processos acumulados na Justiça, pouco mais de mil juízes atuando e muita morosidade, a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) estima que até 2018 a situação seja amenizada com a virtualização dos processos, de acordo com prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para todos os estados.

Em Minas, a modernização do sistema ainda rasteja por falta de recursos financeiros, de acordo com o presidente da Amagis, Herbert Carneiro. Além da deficiência na comunicação, feita por meio de ofícios en-

tre as esferas judiciais, outros projetos não saíram do papel, a exemplo da segurança nos fóruns. Em entrevista ao *Hoje em Dia*, Carneiro destacou os principais percalços do Poder Judiciário mineiro, que culminam na ineficiência do sistema e na polêmica em torno da Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ).

Qual a situação da Justiça mineira, atualmente?

Somos 1.020 juízes e desembargadores na ativa, atuando em 296 comarcas em todo o Estado, das quais cerca de 60 não têm um juiz. Recentemente, foi realizado um concurso que aprovou 108 candidatos, mas vários deixaram o Judiciário.

Do total, nós temos, hoje, 93 em atividade.

Hoje, a carga processual é muito grande. Existe alguma forma de reduzir essa demanda?

Hoje, o cidadão acha mais fácil procurar o Judiciário do que o Procon para resolver uma situação de relação de consumo, por exemplo. Além disso, Estados e municípios respondem por 50% dos 92 milhões de processos do Brasil, e são processos que poderiam ser resolvidos sem precisar acionar a Justiça. Então, é preciso, primeiramente, racionalizar esse contingente de processos. Outras alternativas interessantes, mas que não temos o hábito de usar, são a conciliação, a mediação e a arbitragem.



DESEMBARGADOR – Presidente da Amagis, Herbert Carneiro fala sobre os problemas e a situação da Justiça em Minas

tragem. Ou começamos a investir mais nessas opções ou teremos um Judiciário cada vez mais inchado e moroso.

O processo eletrônico seria uma maneira de agilizar os processos? Em Minas, como está a implantação desse serviço?

Diria que ainda está iniciando. Tínhamos feito a opção de eletronicizar primeiro os julgados especiais, mas o CNJ, recentemente, traçou como prioritária a eletronicização das varas criminais, a fim de facilitar a interlocução entre Executivo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. O Tribunal de Justiça mineiro, com dificuldades orçamentárias, está fazendo um esforço enorme para cumprir as metas estabelecidas pelo CNJ, que estipulou o prazo de 2014 a 2018. Nossa expectativa é a de que até o limite todas as comarcas estejam informatizadas.

De que trata a LODJ e qual a posição da Amagis com relação a ela?

É a lei orgânica da magistratura estadual. A cada dois anos ela passa por uma revisão prevista pela Constituição Federal. Neste ano, tivemos um projeto revisional aprovado no âmbito do Tribunal que diz respeito não só aos di-

retos dos juízes, mas à estruturação do Judiciário no Estado. Esse projeto foi amplamente discutido e agora caminha para a Assembleia Legislativa. Não criamos nada que não fosse previsto por outros tribunais nem que não pudesse ser pago com o orçamento do TJMG.

“Hoje, a qualidade do sistema de segurança dos fóruns de Minas Gerais é lastimável, de total ineficiência”, diz o presidente da Amagis

Disseram que estamos ganhando auxílio-livro, mas não é isso. Aprovamos e incluímos na LODJ um auxílio jurídico para o aprimoramento da prestação jurisdicional. Se o juiz tiver que consultar um livro, ele precisa comprar com recursos próprios. Então, incluímos o repasse de recursos para esse fim, mas teremos que prestar conta dele, apresentar nota fiscal, e quando sairmos da comarca, não levaremos o material.

O aumento da segurança nos fóruns é uma reivindicação dos magistrados. Essa questão também está prevista no

projeto de revisão da LODJ?

Em linhas gerais, sim. A questão é tratada em uma disposição que diz, de maneira clara, que o Tribunal desenvolverá uma política voltada para a segurança dos fóruns. Se aprovado, o TJMG terá que partir para um planejamento. São 296 comarcas no Estado e temos fóruns que não têm segurança nenhuma, não têm câmeras, guardas nem scanner de controle de entrada. Em alguns, os prédios ficam desguarnecidos de qualquer tipo de vigilância aos finais de semana.

O Fundo Judiciário, criado neste ano pelo governo do Estado, também será um instrumento importante para obtenção de recursos voltados para a segurança? Ele já está funcionando?

Sim, porque o Tribunal de Minas vai poder utilizar recursos, administrados por ele próprio, para construção, ampliação e reforma de prédios e para infraestrutura de funcionamento da Justiça. Isso será muito importante para a gente, porque, hoje, a qualidade do sistema de segurança dos fóruns de Minas é lastimável, de total ineficiência. O Fundo já está valendo desde a aprovação da lei 20.802, de 26 de julho deste ano, que o institui no Estado. •

ESTADO DE MINAS • QUARTA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 2013

POLÍTICA

ED ALVES/CB/DA PRESS



“
Com a valorização e a unidade da magistratura, além do retorno à categoria, quem ganha ponto é a cidadania

”

■ **Nelson Missias,**
vice-presidente de Assuntos
Legislativos da AMB

Mineiro toma posse como vice na AMB

MARIA CLARA PRATES

Tomou posse ontem, em Brasília, a nova diretoria da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que tem como presidente o juiz João Ricardo dos Santos Costa, do Rio Grande do Sul, e como vice-presidente de Assuntos Legislativos o desembargador mineiro Nelson Missias. Integrantes da Chapa 1 – Unidade e Valorização, eles foram eleitos com um total de 5,6 mil votos, ou 59,35% dos votos válidos, de um total de 9,4 mil votantes. A outra chapa, encabeçada pelo desembargador Roberto Bacellar, do Tribunal de Justiça do Paraná, obteve 3,7 mil votos. Missias já presidiu a Associação dos Magistrados de Minas (Amagis).

A eleição aconteceu depois de uma racha histórico na entidade. Em maio, o desembargador mineiro, então secretário-geral da AMB, e outros 26 dirigentes deixaram a direção por discordar das diretrizes traçadas pelo então presidente, desembargador Nelson Calandra, que apoiou a chapa de Bacellar.

Um dos principais objetivos

da nova diretoria é intensificar a mobilização da classe política e da sociedade pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 187, que estabelece a realização de eleições diretas para os tribunais. De acordo com João Ricardo, essa luta, caso seja vitoriosa, significará a retirada de um resquício autoritário da ditadura militar ainda existente dentro do Poder Judiciário brasileiro.

Nelson Missias, que teve amplo apoio para retornar à entidade, disse que é preciso fortalecer o “braço político” dos magistrados que está na AMB e, a partir daí, lutar por maior valorização dos juizes brasileiros. “Com a valorização e a unidade da magistratura, além do retorno à categoria, quem ganha ponto é a cidadania”, afirmou o desembargador ao tomar posse. João Ricardo é titular do 1º Juizado da 16ª Vara Cível de Porto Alegre e professor de direitos humanos da Escola Superior da Magistratura. Ocupou a Presidência da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) e a Vice-Presidência de Direitos Humanos da AMB, de 2008 a 2010.

G1 (SITE) • 13 DE DEZEMBRO DE 2013

MINAS GERAIS

G1
Na TV
Esporte
Trânsito
Aeroportos
Agenda de shows
VC no G1

13/12/2013 12h23 - Atualizado em 13/12/2013 12h23

Ministro do STF se diz preocupado com votação sobre campanha política

Gilmar Mendes disse que quer evitar um novo 'vexame' do Poder Judiciário. Julgamento foi suspenso com quatro votos pelo fim das doações.

Pedro Triginelli
Do G1 MG

11 comentários

Tweetar 21

Recomendar 1

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes disse, nesta sexta-feira (13) em Belo Horizonte, que está preocupado com uma possível intervenção do Poder Judiciário na doação de dinheiro privado para campanhas políticas. "Me parece muito preocupante e temerário por parte do tribunal tentar regular essa realidade tão multifacetada, por si mesmo, pelo próprio tribunal. Essa é uma tarefa que tem ser feita pelo

ESTADO DE MINAS (BH) • 1º DE DEZEMBRO DE 2013

ESTADO DE MINAS • DOMINGO, 1º DE DEZEMBRO DE 2013

CULTURA

MÁRIO FONTANA

ELEIÇÃO MAGISTRADOS DO BRASIL

A chapa liderada pelo juiz gaúcho João Ricardo dos Santos Costa, que disputou a eleição para a diretoria da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), venceu o pleito, realizado em Brasília, por margem esmagadora. Contando com o apoio da Associação Mineira de Magistrados (Amagis), Costa recebeu 82% dos votos, contra 12% dados ao líder da oposição, o desembargador Ricardo Bacellar, do Paraná. A chapa vencedora tem na vice-presidência o desembargador mineiro Nelson Missias, ex-presidente da Amagis. Outro mineiro, o juiz Marcelo Piragibe, vai comandar a Escola Nacional da Magistratura. Pela oitava vez o grupo da AMB apoiado por Minas vence a disputa pelo comando da entidade de classe.

ESTADO DE MINAS (BH) • 16 DE DEZEMBRO DE 2013

ESTADO DE MINAS • SEGUNDA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2013

CULTURA

MÁRIO FONTANA

TACIO PARRIELA/TRINQUICAÇÃO

O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, na sede da Amagis, em BH, com o desembargador Herbert Carneiro, presidente da entidade

ESTADO DE MINAS (BH) • 12 DE DEZEMBRO DE 2013

ESTADO DE MINAS • QUINTA-FEIRA, 12 DE DEZEMBRO DE 2013

CULTURA

MÁRIO FONTANA

PALESTRA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Continua o vaivém de ministros do Supremo Tribunal Federal entre Brasília e BH. Quem circula amanhã na capital, a convite da Associação Mineira de Magistrados e da Editora Del Rey, é o ministro Gilmar Mendes. Vem fazer conferência na sede da Amagis sobre os 25 anos da Carta Magna de 1988, assunto que está rendendo. Será lançado o livro *Comentários à Constituição do Brasil*, edição coordenada por Mendes e pelos juristas Ingo Wolfgang, José Gomes Canotilho e Lênio Luiz Streck.

OPINIÃO

A gestão da Justiça

HERBERT CARNEIRO

Presidente da Amagis

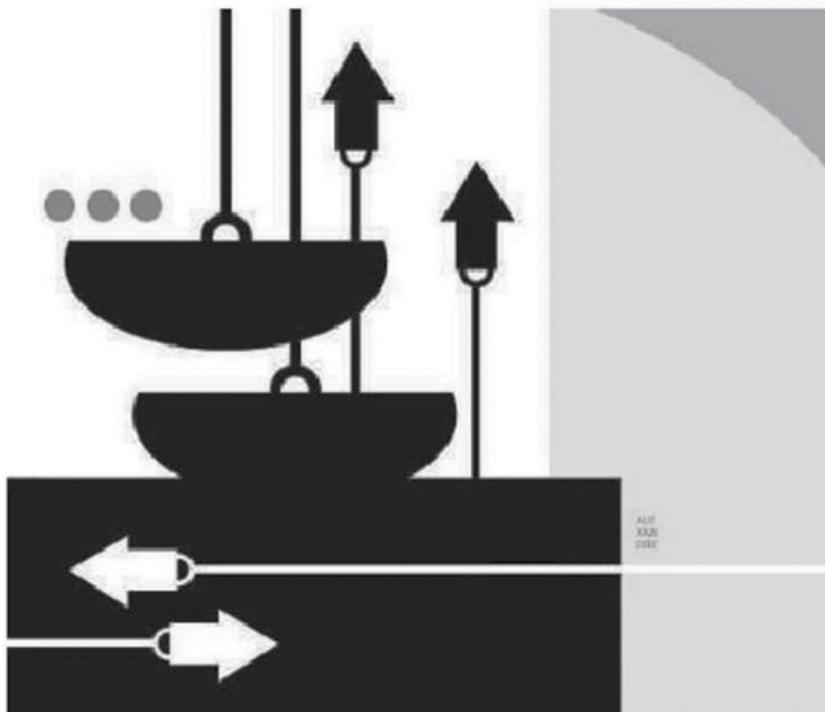
No momento em que cresce, em todo o país, a tese das eleições diretas para escolha da direção dos tribunais, com ampliação da elegibilidade a todos os desembargadores e inclusão do voto dos juízes, surgem críticas ao novo modelo e propostas de restrições. Em primeiro lugar, já está madura a convicção de que o atual modelo se esgotou, exatamente por ser restritivo e por ignorar outros critérios mais fundamentais à gestão do que tão somente a antiguidade.

Apesar de ser tradição nos tribunais, esse critério deve ser superado, principalmente pelas distorções sofridas. Isso não é salutar para a carreira, para o poder e, muito menos, para a sociedade. Em São Paulo, esse avanço foi aprovado e mantido, liminarmente, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com a possibilidade de votação e eleição para a chefia do poder de todos os desembargadores que integram o Pleno.

Sem desprezar a experiência, tão importante quanto ela são a eficiência, o conhecimento e o estudo que o desembargador faz para melhorar e se preparar para lidar com a administração pública. Na democratização que vislumbramos, é muito importante a possibilidade de todos poderem se candidatar e essas mesmas autoridades poderem escolher o melhor, pautado na competência com efeitos para o funcionamento célere da Justiça. Os tribunais, via de regra, carecem de um debate aprofundado sobre o planejamento estratégico, gestão qualificada e bons resultados para a administração.

Como todo o país, os tribunais de Justiça passam por enormes transformações ditadas pelos novos tempos, em termos de administração pública, que requerem e cobram mais transparência, mais eficiência e mais conhecimento com relação à própria gestão, além de interlocução e comunicação permanentes com a sociedade, que não pode ter dúvidas sobre o que necessariamente deve ser feito.

Embora atrasada e seguidamente adiada, a democratização do Judiciário é um caminho sem volta, a exemplo da criação das diversas comissões que tratam dos mais variados assuntos (organização judiciária, regimento, administração, orçamento etc.) no âmbito dos tribunais. É, no mínimo, prudente e recomendável que o eventual candidato a presidente tenha tido a experiência haurida na atuação nessas comissões. Outra experiência de fundamental importância é a participação no órgão especial, onde são tratados e decididos os grandes desafios administrativos e judiciários do tribunal.



Os tribunais de Justiça passam por enormes transformações ditadas pelos novos tempos, em termos de administração pública

Será de grande valia também o conhecimento mais aprofundado em gestão, por meio de entidades e instituições especializadas como a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação João Pinheiro, onde o magistrado terá oportunidade de assimilar técnicas de administração e de gestão pública. Coroando esse conjunto de qualidades, a capacidade e a disposição de relacionamento político junto aos outros poderes e diversas instituições do estado e em Brasília. E ainda ter aptidão política e determinação pa-

ra o trânsito no STF, Conselho Nacional de Justiça e no Congresso Nacional.

São situações que, a nosso modesto juízo, darão ao candidato, sintonizado com os novos tempos, as credenciais de estar preparado para ser presidente e representar avanço concreto no aprimoramento do Judiciário mineiro.

Tão importante quanto isso é o projeto de gestão, enquanto resultado de intensa interlocução com as comarcas mais longínquas e conhecimento da realidade de cada região. O coração que pulsa no Judiciário é a 1ª instância, por isso, é fundamental conhecer as dificuldades enfrentadas pelos juízes e, mais ainda, ter disposição e diálogo para debater com eles os problemas e soluções para melhorar as condições de trabalho e de segurança e, conseqüentemente, da prestação jurisdicional. Só pela escolha de projetos de gestão é que o Poder Judiciário investirá no adequado aparelhamento das varas, juízes e juizados.

Na consolidação da bandeira histórica da democratização e aperfeiçoamento do Judiciário, destacamos a histórica presença e a manifestação da magistratura mineira na eleição do juiz gaúcho João Ricardo dos Santos Costa para dirigir os destinos da magistratura nacional na maior associação de magistrados das Américas. Além do aperfeiçoamento do Judiciário, somaremos forças para o resgate da dignidade e valorização do magistrado.